

Orçamento das estatais em 85 é elevado em Cr\$ 83 trilhões

05 MAI 1985

JORNAL DO BRASIL

Brasília — A reformulação do orçamento global das 314 empresas estatais (incluindo ainda os bancos oficiais e a Previdência Social) deverá fixar os gastos totais para este ano em Cr\$ 400 trilhões e os investimentos em Cr\$ 50 trilhões, tendo por base uma taxa de inflação, ao final de 1985, da ordem de 200%.

Esses números foram revelados pelo Secretário de Controle das Empresas Estatais (SEST), Henri Philipe Reichstul, ao analisar a participação do Estado no atual estágio da economia brasileira. Segundo ele, até o final do mês a SEST terá concluído a revisão dos orçamentos das empresas estatais para, em seguida, submetê-los ao plenário do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Orçamento realista

Um orçamento austero e realista, assim o secretário da SEST define o trabalho de reformulação do item chamado "dispêndios globais das empresas estatais para 1985". No dia 19 de dezembro de 1984, o então Presidente Figueiredo aprovou o orçamento das estatais prevendo gastos gerais de Cr\$ 330 trilhões em 1985, e investimentos de Cr\$ 37 trilhões 124 bilhões.

Reichstul não quis entrar em detalhes sobre como será definido o cronograma de investimentos do setor público no decorrer deste ano, que, comparativamente aos totais de 1984, deverá apresentar crescimento zero. No entanto, segundo ele mesmo fez questão de esclarecer, não se trata de um orçamento linear. Assim é que projetos como os do setor siderúrgico (o da Açominas em particular) poderão ter incremento real de produção, já que o programa da Siderbras está executando em mais de 80%, comparado com suas metas iniciais ainda nos primórdios do Governo Figueiredo, em 1979.

Ao contrário da tradição ocorrida no Governo anterior, a SEST não pretende fazer várias reformulações orçamentárias ao longo do ano. No ano passado, o ex-secretário Nelson Mortada, pressionado pelo descontrole inflacionário e pelas metas irrealistas sobre o comportamento do déficit público enviadas ao Fundo Monetário International (FMI) acabou refazendo por três vezes o orçamento das estatais.

Agora será diferente, imagina Reichstul. No orçamento ainda em vigor imaginou-se uma inflação de 125%, a mesma adotada para o Orçamento Fiscal da União. A precaução, contudo, levou a Nova República a trabalhar com um índice inflacionário de 200% ao final do ano. Na verdade, o Ministério do Planejamento está imaginando uma folga nos organogramas financeiros das estatais, ao calcular ser possível terminar o ano com inflação da ordem de 180%. A Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), encaminhou à SEST previsões otimistas quanto à evolução dos preços nos próximos três meses, a ponto de prever para os meses de maio e junho uma inflação mensal da ordem de 5%.

Correção monetária

O secretário Reichstul não está alarmado com a nova fórmula da correção monetária (média geométrica dos últimos três meses), que em abril e maio está três pontos percentuais acima da inflação. No próprio Ministério do Planejamento houve críticas ácidas ao sistema, que teria provocado uma elevação do déficit público, somente em abril, de Cr\$ 5 trilhões.

Reichstul, no entanto, imagina que o fundamental é a queda dos níveis inflacionários. Com a redução da inflação, assinala, haverá efeitos benéficos sobre o montante do déficit público facilitando assim as negociações com o FMI.

Outra mudança importante no perfil do setor público, conforme especificou o titular da SEST, é fazer o Estado voltar às suas funções tradicionais nas chamadas áreas de infra-estrutura (educação, saúde, transportes, alimentação e segurança pública).